

O ENSINO DA ANTROPOLOGIA PARA QUEM NÃO VAI SER ANTROPÓLOGO¹

Ari José Sartori *

Resumo

Nas últimas duas décadas, mas sobretudo nesta última, houve uma grande demanda por parte dos cursos de graduação pelos referenciais da Antropologia. A inclusão desta disciplina nos programas da maioria dos cursos passou a ser requerida pelo seu potencial teórico, que passa necessariamente pela compreensão do Outro, considerando os seus valores, a sua cultura. É neste cenário que a Antropologia está inserida e tudo indica que, cada vez e sempre mais, serão solicitadas dos seus praticantes, particularmente dos docentes, contribuições para a compreensão daquilo que se tornou o seu legado: o estudo dos humanos e o respeito pelas diferenças. Pretendemos discutir nesse trabalho a inclusão dos referenciais da antropologia em alguns cursos das principais IES na Região Sul, para oferecer um mapa da inserção da disciplina nestes cursos, sobre quem são os professores e professoras da disciplina. A partir destes dados analisados, buscaremos sugerir alguns desafios aos PPGAS, à Comissão de Ensino e Ofício da ABA e a própria ABA.

Palavras- chave: Antropologia da Educação. Ensino da Antropologia. Professores de Antropologia nas IES Públicas e Privadas.

Introdução

Pretendemos neste artigo abordar o ensino da Antropologia nos cursos que não os das Ciências Sociais, particularmente nos cursos de Pedagogia. Para tanto este foi organizado com base em três fontes. Na primeira, trataremos de apresentar alguns dados sobre a inclusão da disciplina de Antropologia nos cursos de Pedagogia entre as principais Instituições Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas dos três Estados da Região Sul do Brasil. Este levantamento foi realizado pela Internet, nos *sites* das principais IES públicas e privadas. Portanto, com algumas limitações². A segunda fonte, refere-se à etnografia³ que realizamos

¹Uma versão deste trabalho foi apresentada na Mesa Redonda 8, da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

*Doutor em Antropologia e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul /UFSS. E-mail: ari.sartori@uffs.edu.br

² Pesquisa realizada nos *sites* das instituições no primeiro semestre de 2010.

³ Que resultou na tese “A *‘experiência’ como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo*”. SARTORI, Ari José. 2010, Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Orientadora: Antonella Imperatriz Tassinari.

com professores da disciplina que ministram aulas de Antropologia em cursos de graduação, em IES privadas na cidade de Curitiba. E por último, mas não menos importante, basear-me-ei na pesquisa publicada pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em 2004, que investigou a inserção dos antropólogos no mercado de trabalho no Brasil.

Partindo destas fontes, pretendemos dialogar e oferecer um mapa da inserção da disciplina de Antropologia em alguns cursos das principais IES na Região Sul; sobre quem são os/as professores da disciplina e também buscaremos sugerir alguns desafios aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), à Comissão de Ensino e Ofício da ABA e a própria ABA, para a formação dos Antropólogos para a docência superior.

Isto porque, temos observado que nas últimas duas décadas, mas principalmente nesta última, houve uma grande demanda nos cursos de graduação, pelos referenciais da Antropologia. A inclusão da disciplina nos programas da maioria dos cursos passou a ser requerida pelo seu potencial teórico e prático, que passa necessariamente pela compreensão do *Outro*, considerando os seus valores, da sua cultura. É neste cenário que a Antropologia está inserida, e tudo indica que, cada vez e sempre mais, serão solicitados dos seus praticantes, particularmente dos docentes, contribuições para a compreensão daquilo que se tornou o seu legado: o estudo dos humanos e o respeito pelas diferenças. A inclusão da diversidade e o respeito às diferenças nos currículos das licenciaturas tem sido saudada como uma importante contribuição da Antropologia para a formação dos/as docentes, mas de todas elas, consideramos que nos Cursos de Pedagogia está poderá trazer um grande impacto na formação dos futuros profissionais. Para nos aproximarmos deste objetivo, dado as limitações deste artigo, realizamos um levantamento nos *sites* do MEC e das principais IES, públicas e privadas dos três estados, para mapear a inserção da disciplina nestes cursos. Também entramos em contato, por e-mail, com algumas pró-reitorias de graduação das IES privadas para obter informações sobre o perfil e a formação dos docentes de antropologia destas instituições.

Antropologia nos cursos de Pedagogia na Região Sul

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2008), existiam 219 cursos de Pedagogia (na modalidade presencial) na Região Sul, sendo 35 em IES Públicas e 184 Privadas. Destas, foram pesquisadas 41 IES (21 Públicas e 20 Privadas).

Os dados preliminares deste levantamento indicam uma tendência oposta entre as públicas e as privadas. Nas públicas (particularmente nas federais), observou-se que a disciplina de antropologia na grade curricular teve “perdas” nas últimas “adaptações curriculares” dos cursos de Pedagogia nestas IES, tanto no número de disciplinas, ofertadas no currículo antigo, com relação ao currículo novo, quanto na carga horária, ficando na maioria em 30 horas/aula e fazendo parte do rol de disciplinas “optativas” ou “eletivas”, conforme designam cada uma das instituições. Na UFPR, por exemplo, essas mudanças foram mais visíveis. Enquanto no “currículo antigo” (até 2007, 2008), havia seis disciplinas optativas que estavam relacionadas com os conteúdos da antropologia como: Antropologia Brasileira, Introdução a Antropologia, Antropologia Cultural, Cultura Popular e de Massa no Brasil, Homem, Cultura e Sociedade, Sociologia, Antropologia e Cotidiano Escolar. No entanto, na nova estrutura curricular ficou apenas uma disciplina: “Introdução a Antropologia”, como disciplina optativa, com CH de 30 horas-aula. Também na UFSC, a disciplina é optativa, no entanto a CH, é o dobro (60h) da CH da UFPR. Na UFFS, nos dois Campi que ofertam o curso de Pedagogia (Chapecó e Erechim), não têm na grade do curso uma disciplina específica de “Antropologia”, mas contemplam no seu PPC temas de aprofundamento (também disciplinas optativas) que se chamam: “Educação Indígena e Afro-Descendente”, sendo a disciplina de fundamentos deste eixo, denominada “Educação Escolar Indígena” e “Educação das Relações Étnico-raciais”. No Rio Grande do Sul, das cinco Universidades Federais, duas delas não disponibilizaram a grade curricular (UNIPAMPA e UFPel) e na UFSM não tem o curso de Pedagogia, mas ofertam o curso “Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação”. No entanto, este curso não contempla nenhuma disciplina de antropologia. A FURG é a única que oferta na grade do curso uma disciplina que aproxima antropologia e educação: “Infâncias, Culturas e Educação”, com uma das maiores cargas horárias de todos os cursos pesquisados: 120 horas. Na UFRGS a disciplina é “Filosofia da Educação: Antropologia Pedagógica”, com uma CH de 45horas-aula.

Já nas IES públicas estaduais da Região Sul (UDESC, UERGS, UEPG, UEM, entre outras) observou-se que todas elas contemplam alguma disciplina nos cursos de Pedagogia que tratam dos conteúdos antropológicos, como “Antropologia da Educação” (UDESC e UERGS), com 04 créditos e por um semestre, enquanto na UEPG e na UEM, ambas do Paraná, os conteúdos antropológicos estavam previstos somente na ementa da disciplina “Filosofia da Educação”, na qual incluíam “Fundamentos da Antropologia Filosófica”.

No Apêndice B (nos Anexos), procuramos agrupar as disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia na Região Sul, em seis categorias, de acordo com a nomeação que receberam nas IES. Buscamos, nesta classificação, fazer somente a distinção entre as instituições públicas e privadas. São elas: 1. “Antropologia” - 23% (8/35); 2. “Antropologia e/da Educação” - 20% (7/35); 3. “Sociologia, Antropologia e Educação” - 14% (5/35); 4. “Antropologia, Filosofia e Educação” - 17% (6/35); 5. “Educação e Diversidade” - 17% (6/35); 6. Antropologia, Educação e Infância - 9% (4/35).

Com relação à Carga Horária (CH), a maioria, sejam elas públicas ou privadas, contemplam uma CH de 4 horas aulas, semanais e num único semestre. Algumas oferecem em dois semestres, com a mesma CH na soma (2 horas-aula num semestre e mais 2 horas-aula no outro). Geralmente, estas disciplinas também são ofertadas até os dois primeiros anos do curso, ou seja, até o 3º ou 4º semestre, período ou fase, conforme a designação que as instituições empregam para dividir um ano letivo.

Estes dados sugerem que existe uma grande inserção da disciplina ou mesmo de disciplinas com conteúdos antropológicos nos cursos de Pedagogia da Região Sul, (apesar das IES públicas terem diminuído a CH e mesmo o número de disciplinas de antropologia ofertadas nos últimos anos), indicando que, em torno de 90% do conjunto das principais IES pesquisadas contemplam na sua grade a disciplina de Antropologia (principalmente as IES privadas).

No entanto, se estes dados esclarecem sobre a inserção da antropologia na área da educação, o mesmo não podemos afirmar sobre quem são os professores, pois não foi possível, neste levantamento, obter um número expressivo de informações sobre a formação dos/as professores/as que ministram a disciplina de antropologia nos cursos de Pedagogia da Região Sul⁴.

⁴Contatamos diversas IES privadas solicitando informações sobre quem eram os professores/as de antropologia nos cursos de Pedagogia e, como obtivemos poucas respostas, não trataremos neste artigo da qualificação dos docentes das IES. Também não incluiremos exaustivamente os dados da pesquisa que realizamos em 2007, na cidade de Curitiba, mas apenas ilustraremos com o perfil de quatro professores/as de antropologia no curso de Pedagogia, todas de IES privadas. Destes, apenas uma docente tinha formação em Antropologia (Especialização e Mestrado) e graduação em Ciências Sociais. A formação dos demais docentes era a seguinte: Uma graduada em Psicologia, com Mestrado em Psicologia da Educação e Doutorado em Educação; outra, graduada em Estudos Sociais e Ciências Sociais e mestrado em Educação. Destaca-se a formação de um professor de Antropologia de uma faculdade: graduado em Administração e Direito, pastor da Igreja a qual estava vinculada à instituição e exercia a função de Diretor da IES.

Os/as professores/as de antropologia nas IES

Para estas análises, nos apoiaremos na pesquisa que realizamos em 2007 na cidade de Curitiba com professores de antropologia nas IESs privadas e também na pesquisa publicada pela ABA em 2004, que investigou a inserção dos antropólogos no mercado de trabalho no Brasil.

Privilegiaremos nas análises a seguir as IES privadas, pois são elas que ofertam mais disciplinas de antropologia e empregam a maioria dos egressos dos PPGAS (principalmente os mestres), mas, ao mesmo tempo, foram nessas IESs que encontramos muitos professores de antropologia sem formação na área. De outra parte, as IES públicas, principalmente as federais e estaduais, por terem geralmente um departamento e / ou um PPGAS, tem maior controle sobre as disciplinas que são ofertadas nos cursos das suas respectivas universidades e, portanto, sobre quem as ministra.

O ensino de antropologia nas IES privadas de Curitiba/PR

A pesquisa que realizamos em 2007 tratou de fazer uma análise antropológica sobre os meandros do ensino da antropologia em cursos de graduação que não formam antropólogos, a partir de uma etnografia com docentes dessa disciplina nas IESs privadas na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Além da observação participante das aulas, foram realizadas entrevistas com os docentes, seus respectivos coordenadores de curso, vários dos seus alunos e também com representantes da Comissão de Ensino (CE) da ABA.

Do número estimado de 55 professores de antropologia das IES privadas, somente na cidade de Curitiba, constatamos e/ou fomos informados que 25 deles atuavam nas cinco IES privadas que realizamos a pesquisa. Mantivemos contato com a maioria destes professores, mas muitos se recusaram a participar da pesquisa (quase todos com formação em outras áreas, mas também alguns [poucos] eram antropólogos). Trataremos nesse trabalho de três casos, pois eles são emblemáticos para se pensar o ensino da antropologia em outros cursos, que não as Ciências Sociais e/ou Antropologia.

Destes 25 professores, oito dispuseram-se a participar da pesquisa. Sete deles com formação na área⁵. Somente com especialização em Antropologia eram dois: um graduado em

⁵ Consideramos os critérios determinados pela ABA para definir quem poderia ser ou não considerado antropólogo. A ABA, no final dos anos 1970, instituiu uma regra, para se associar a ela e pertencer à comunidade antropológica brasileira: “considera-se antropólogo o profissional que tiver o título de mestre ou

Filosofia e Pedagogia, com especialização em Antropologia (na UFPR) e mestrado em Filosofia; o outro, graduado em Psicologia e doutorado em Filosofia pela Universidad Complutense de Madri, mas recebeu o título de Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)⁶. Cinco haviam realizado mestrado e/ou doutorado em Antropologia Social, ou Ciências Sociais ou Arqueologia, com habilitação em Antropologia e orientados por antropólogos. Destes oito professores colaboradores, apenas uma professora, sem formação em Antropologia, se dispôs a participar da pesquisa: era graduada em Ciências Sociais, especialização em Informática na Educação e mestrado em Educação.

Das principais questões discutidas na pesquisa, com os professores de Antropologia e o ensino da disciplina, destacaremos nesse trabalho três aspectos: professores de antropologia sem formação na área; falta de formação para a docência superior nos PPGAS e a relação dos professores de antropologia das IESs privadas Com a ABA. Elegemos essas três questões por considerá-las relevantes para refletirmos sobre os desafios para os PPGAS, para a Comissão de Ensino e Ofício e também para a própria ABA.

Professores de antropologia sem formação na área e as disputas no campo

Caso 1⁷ – Uma professora relata sua experiência na IES privada a qual estava vinculada, depois de se aposentar na UFPR. Quando não a chamaram para dar as aulas no curso de História, ela foi procurar o novo coordenador deste curso, para saber por que não havia sido chamada. Ele (o coordenador) disse que a disciplina de Antropologia ele mesmo poderia dá-la, pois tinha lido o livro de Marshall Shalins [Razão e Cultura] e por isso tinha condições de dar a disciplina no curso de História. Ela fala para ele, então, que se ele fizesse isso ela iria denunciá-lo no MEC. Depois a Diretora Administrativa a chamou e pediu, por favor, para que ela desse essa disciplina novamente e, além deste curso, também no de Direito.

Esse depoimento que mais parece ser uma anedota, pois pelo simples fato de ter cursado uma disciplina na graduação ou na pós-graduação, ou mesmo ter lido alguns autores de antropologia, isso credencia qualquer um da área das humanas (e muitas vezes fora dela) a ministrar a disciplina de Antropologia. É preocupante o que este depoimento traz, pois não

doutor em antropologia ou áreas afins, desde que o orientador seja antropólogo reconhecido como tal pela ABA e ou o tema de trabalho seja de cunho antropológico” (ABA - Carta de Belo Horizonte, 2007).

⁶ O doutorado foi reconhecido no Brasil pela UnB na área da sociologia, apesar de ter solicitado na antropologia, por ter sido orientado por um antropólogo e ter realizado trabalho de campo.

⁷ Os “casos” descritos aqui, foram extraídos da pesquisa de campo realizada em Curitiba em 2007.

existe qualquer tipo de regulamentação ou mesmo a quem recorrer nestas situações. A “ameaça” da professora de denunciar ao MEC foi mais uma estratégia, uma vez que nada impede que um historiador (ou um graduado em administração ou direito) ministre aulas de antropologia, mesmo que o argumento utilizado muitas vezes seja pouco razoável, como foi o caso deste historiador⁸.

Caso 2 - Outro professor, colaborador da pesquisa, descreve a situação dos professores de Antropologia na sua instituição, na qual ele é o único antropólogo: “Existe hoje na instituição uma grande quantidade de cursos que têm a disciplina de Antropologia, ministrada por um grande número de professores, mas o único antropólogo daqui sou eu [...]. Tem mestres e doutores de sociologia dando aula de antropologia”.

Uma questão que esse professor trouxe, foi o fato de a disciplina ser ministrada por sociólogos, historiadores e por psicólogos sociais (quando não de outras áreas), mas mais significativo é como esses profissionais introduzem os conteúdos antropológicos e como apresentam a própria disciplina. O professor relata, para ilustração, a situação inusitada que ocorreu na instituição com uma colega professora da área da linguística que lecionava a disciplina Cultura Americana no curso de Comércio Internacional. Essa professora comentou com os alunos que retomaria alguns conceitos antropológicos, como etnocentrismo, cultura, dentre outros conceitos já conhecido deles, pois haviam cursado a disciplina de Antropologia no semestre anterior. A surpresa tanto da professora como do professor foi o comentário dos/as alunos, que não sabiam nada sobre esses conceitos, pois não fora esse o conteúdo da disciplina. Esses mesmos alunos comentaram que alguns colegas de outros cursos (Odontologia e Publicidade e Propaganda, por exemplo) também disseram que a disciplina de Antropologia “é chata, é horrível, tem que ler um monte de livros, é só teoria”.

Caso 3 – Em uma das faculdades contatadas, fui informado que naquela instituição, com cinco cursos, havia nos cursos de Pedagogia e de Psicologia a disciplina de Antropologia. Agendei um encontro com o diretor da faculdade, pois nesta instituição me informaram que, para falar com os/as professores/as no interior da instituição, deveria falar primeiro com o referido diretor. O diretor me recebeu, e tão logo me apresentei dizendo que gostaria de falar com o professor de Antropologia, ele disse-me que era ele próprio o professor da disciplina. Era formado em Administração e Direito, pastor e diretor da

⁸ No entanto, esta não é uma questão que diz somente respeito às IES privadas. Profissionalmente, deparei-me com uma situação semelhante quando era professor de Antropologia na modalidade a distância em uma Universidade pública de Santa Catarina. Após todos os cinco antropólogos que fizeram o processo seletivo terem seus contratos rompidos, por questões políticas, no meio do semestre de 2003, a disciplina de Antropologia Cultural continuou sendo ministrada, mas por pedagogos, sociólogos e historiadores.

*faculdade*⁹. Perguntei sobre a ementa da disciplina, quais os autores que trabalhava. Ele abriu uma gaveta, pegou um livro e indicou que era esta a “ementa” que utilizava nas suas aulas: tratava-se do livro “Introdução à Antropologia”, de Claude Rivière. Os temas apresentados neste livro vão desde parentesco até gênero e sexualidade. Pode-se considerar que é um dos poucos “manuais” existentes para ensinar antropologia. Após algum tempo falando e explicando a proposta da pesquisa, ele simplesmente disse-me que não poderia permitir a minha presença na instituição porque nas últimas semanas tiveram problemas com roubo de carteiras e bolsas e que tinham adotado esta norma, impedindo a presença de estranhos à instituição.

Nesta faculdade fui impedido de fazer qualquer observação das aulas e mesmo de conversar mais profundamente com o professor da disciplina.

Estas recusas nos sugerem pensarmos sobre a noção de campo científico proposto por Bourdieu¹⁰, campo este construído nas relações estabelecidas entre diversos grupos de interesses, geralmente presentes nas instituições de ensino, com os quais também nos deparamos quando realizamos a pesquisa de campo. Destaca-se principalmente a recusa para acompanhamento das aulas dos professores de antropologia com formação em outras áreas (sociólogos, historiadores, filósofos, administradores). Essas recusas nos indicaram que há, no mínimo, dois tipos de “campo” em disputa: o campo profissional e o campo científico (ou campo acadêmico). No primeiro, a atuação dos não antropólogos dando aulas de antropologia está relacionada à não regulamentação da profissão e, no campo acadêmico, entra a autonomia do professor na sala de aula, a propalada “autonomia de cátedra”, considerada por muitos ainda como o “espaço sagrado” do professor, área que um observador externo não poderia “macular”. Trataremos neste trabalho sobre o campo profissional.

Neste campo, esta disputa é possível, em parte, pelas brechas ou lacunas institucionais que possibilitam profissionais das mais diferentes áreas ministrarem a disciplina de Antropologia. Vale lembrar também que, para efeitos de reconhecimento profissional, já que não existe formalmente a profissão de antropólogo, quem arbitra é a ABA. A não regulamentação da profissão dificulta uma atuação mais contundente da entidade

⁹ Encontrei este perfil de professor da disciplina em várias outras instituições, na maioria pequenas faculdades, principalmente as confessionais, cujas mantenedoras eram igrejas evangélicas ou alguma ordem religiosa católica. Pelo menos encontrei três padres, alguns deles com formação em filosofia, que davam aulas de Antropologia há muito tempo.

¹⁰ Para o autor o campo literário (ou o científico) é um campo como os outros: “O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias” (BOURDIEU, 2004, p. 122). Mas, de todos estes campos, o campo científico é onde se pode melhor perceber de maneira irredutível essa relação de poder (BOURDIEU, 2004).

representativa, no caso a ABA, diante da ocupação destes espaços por outros profissionais, particularmente no ensino de antropologia.

O campo de ensino de antropologia, nas instituições privadas pesquisadas, parece ser “terra de ninguém”, comparando-se com as outras áreas, ou mesmo com o avanço dos/as professores/as antropólogos/as nos outros campos¹¹.

Um dos professores antropólogos que participou da pesquisa, considera responsável pela perda de espaço nessa disputa a própria entidade: “*Acho que a ABA não se coloca como órgão de classe [...]. Existe um distanciamento ainda grande da ABA dos antropólogos que saem das universidades e que têm curso de pós-graduação hoje. Não existe um convite à associação*”.

Esta e outras questões me levaram a saber também dos professores, colaboradores da pesquisa, a sua relação com a ABA.

Relações institucionais – a formação dos antropólogos, a ABA e os professores das IESs privadas

Trataremos a seguir da relação (ou da falta dela) entre a formação dos antropólogos nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAs) no Brasil, os encontros da ABA e a baixa participação dos professores de antropologia das IESs privadas nesses encontros da associação, para compreender esse descompasso entre formação e o exercício da profissão e refletir também sobre as implicações da falta de consolidação nos PPGAs de uma *antropologia da educação*. Na nossa avaliação, essa consolidação poderia trazer para o currículo dos programas de pós-graduação e para o ensino da antropologia em outros cursos os mesmos parâmetros de excelência da pesquisa pelos quais a *comunidade de antropólogos* é reconhecida.

A formação para o ensino superior e os PPGAS

O modelo predominante atual de formação dos docentes do ensino superior no Brasil são os cursos de pós-graduação (tanto *stricto*, quanto *lato sensu*), diferentemente de como era há três ou quatro décadas – antes da reforma do ensino no final dos anos 1960 (RUBIM,

¹¹Os dados da pesquisa de campo indicaram que a maioria dos/as antropólogos/as professores/as procura lecionar a disciplina de Antropologia e recusa ministrar outras, mesmo tendo habilitação para tal, ao contrário de vários/as professores/as de outras áreas que adentram o campo da antropologia, mesmo sem ter titulação para tal exercício da docência.

1995) –, quando se começava como assistente do professor catedrático (DURHAM, 2003). No entanto, a formação dos docentes universitários não está regulamentada, como acontecem nos outros níveis de ensino no Brasil (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002). A formação dos antropólogos não foge à regra, apesar de ter suas especificidades.

A formação dos antropólogos no Brasil teve diferentes fases e uma longa trajetória, que se consolidou com a criação dos PPGAs, no final da década de 1960 e início da década de 1970, e está assentada no tripé formação acadêmica, pesquisa de campo e ensino, cuja ênfase está na pesquisa.

Os PPGAs no Brasil continuam sendo o lugar privilegiado para a formação dos antropólogos (TRAJANO; RIBEIRO, 2004). Nesses programas, além das disciplinas histórico-teóricas (clássicas e modernas) obrigatórias, os estudantes têm disponibilidade de cursar várias outras disciplinas opcionais, para consolidar a sua formação na área escolhida. Esse percurso, caracterizado por um processo bastante solitário e individual, é mais ou menos homogêneo nos PPGAs espalhados pelo país (SANABRIA, 2005). No entanto, esse modelo de pós-graduação está voltado para formar pesquisadores, enquanto o mercado de trabalho (principalmente nas IESs privadas) busca professores.

Esse descompasso entre formação e perspectiva de trabalho para os antropólogos tem se agravado nos últimos anos, com a pouca oferta de vagas nas IESs públicas e o aumento da procura por professores nas IESs privadas (OLIVEN, 2004)¹². Isso os tem levado, mas mais por empenho individual, a buscar sua autoformação para ser professor, cuja aprendizagem acaba acontecendo geralmente quando são contratados como professores nessas IESs privadas. Raras são as instituições que oferecem cursos de formação continuada para docentes de IESs.

A formação nos PPGAs

Os relatos pelos professores e professoras que participaram da pesquisa de algumas experiências da docência no início da carreira, como frustrantes, terríveis e decepcionantes, geralmente associada às tentativas de levar aos alunos parte do conhecimento teórico

¹²Estas informações precisam também ser atualizadas, pois nos últimos cinco anos houve um aumento substancial de concursos em IES públicas e ofertas de vagas para professores, muitos destas para mestres, principalmente nas novas universidades criadas como a UNILA, UNIPAMPA e UFFS. Em consequência desta política expansionista do MEC de novas universidades, houve incremento na oferta de cursos e de vagas para estudantes, que tem freado e mesmo diminuído a procura nas IES privadas, particularmente das cidades situadas fora dos grandes centros urbanos nos três estados do sul. No entanto, o aumento da oferta de vagas também para mestres, não resolve a falta de formação para a docência superior, apenas desloca o problema, para a outra categoria administrativa, no caso, as IES públicas.

adquirido nos cursos de pós-graduação, podem estar relacionados também a como esses docentes desenvolveram seu método de ensino para serem professores.

Usamos a imagem destes docentes como um *bricoleur* para descrever como desenvolveram a *sua* aprendizagem para a docência, muitas vezes, de forma “artesanal”, quase sempre surgindo das experiências e fora da formação acadêmica. Para tanto, na maioria das vezes, inspiraram-se nos seus ex-professores, colegas, parentes e até mesmo em ex-alunos, para construir o *seu* método.

Alguns professores cursaram na graduação disciplinas que os habilitaram para a licenciatura no ensino médio, outros realizaram especialização para a docência no ensino superior, mas todos, com raras exceções, consideraram essa formação muito precária, na qual não reconheceram qualquer mérito para o exercício da docência superior.

No entanto, se as frustrantes, as terríveis e decepcionantes primeiras experiências da docência no ensino superior serviram de impulso para alguns construírem *seu* método, por meio da apropriação dos resultados positivos das tentativas “ensaio e erro”, outros encontraram essa aprendizagem na formação acadêmica e outros, ainda, se inspiraram nos modelos de docência de ex-professores, colegas de cursinho, orientadores, até mesmo com “mães professoras” para também pensar a prática docente. Todas essas buscas confluíram para estruturarem determinadas capacidades para pensar, sentir e agir frente ao desafio da docência. Em outras palavras, assimilaram sob forma de disposições duráveis o que Bourdieu denominou de *habitus*, mas não um *habitus* qualquer, e sim um *habitus* singular: o *habitus* professoral.

Mas, de outra parte, torna-se cada vez mais difícil, devido as exigências que a docência superior coloca, vir a ser professor de forma espontânea e no formato “aprender fazendo”. Em que pese o esforço da própria ABA, particularmente nas suas últimas gestões, com a criação da Comissão de Ensino, não há empenho dos PPGAs com o ensino, ao menos, nos mesmos termos que a pesquisa recebe. Constatamos também que esse não é um problema somente dos PPGs e da antropologia brasileira, como indicam os trabalhos das associações americanas e europeias.

Um aspecto muito significativo da formação de origem dos antropólogos é que 50% deles são egressos de cursos fora das Ciências Sociais. Esse dado é relevante, pois muitos antropólogos são bacharéis de várias áreas (psicologia, direito, medicina, serviço social, economia etc.), cujos cursos não oferecem licenciatura para ser professor de 1º e 2º grau, ou seja, eles não tiveram formação didático-metodológica para ser professor, nem para o ensino

médio. Mesmo nos cursos que oferecem licenciatura (como é o caso de Ciências Sociais, História, Geografia, Filosofia), nem todos os bacharéis, ao concluir seus cursos, obrigatoriamente obtêm o título de licenciado na área. É importante considerar esses dados, pois eles podem nos auxiliar na compreensão de como a “comunidade” dos antropólogos se insere nas duas principais metas e funções a que as universidades se propõem: pesquisa e ensino.

No entanto, é preciso fazer aqui distinção entre ser antropólogo e ser professor de antropologia. Se, para ser antropólogo é necessário passar por várias etapas e mesmo por certos ritos de passagem, no sentido empregado por Van Gennep (1978), não é o que acontece para ser professor de antropologia. Mesmo se considerando que o “estágio de docência”¹³ pode ser, e é, um importante momento para formação docente dos alunos nos programas de pós-graduação, ele é restrito, de pouca eficácia e baixo impacto na formação para ser professor, conforme alguns trabalhos têm indicado (ANASTASIOU, 2006; FEITOSA, 2002; SOUZA et al., 2007), em que pesem as sérias e relevantes intenções de institucionalizar o “estágio de docência” pela Capes. Como diz o termo, é um “estágio”, e para ser professor no ensino superior, em geral, e de antropologia, em particular, consideramos que seja necessário mais do que estagiar, acompanhando seu orientador ou professor de determinada disciplina¹⁴.

O que procuramos indicar é que a maneira como as disciplinas dos PPGAs estão estruturadas, a importância que lhes é dada e os espaços destinados para a docência da antropologia nas reuniões e encontros da ABA (RBAs, RAMs, ABANNE) demonstram o descompasso entre formação para a pesquisa e formação para o ensino, que encontramos nos PPGAs. Poderíamos considerar que a pesquisa ocupa posição “central”, nesta “comunidade de prática”, enquanto se ignora, deslegitima, não se reconhece o ensino como relevante, o qual ocupa, portanto, uma posição “periférica”. No entanto, apesar de todos pertencerem à “comunidade de prática dos antropólogos”, não são reconhecidas como tal as atividades voltadas para a docência, pois a ênfase é na “comunidade de práticas” da pesquisa.

¹³ O estágio de docência foi instituído pela Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), juntamente com um de seus programas, o de Demanda Social (DS), por meio do Ofício nº 028/99, de 26 de fevereiro de 1999. Um dos objetivos principais do programa DS é “promover a formação de recursos humanos de alto nível ao País, altamente qualificados para a docência em grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda profissional dos setores públicos e privados” (www.capes.gov.br/oqueecapes/apresentação).

¹⁴ No entanto, levando-se em consideração que a institucionalização do “estágio de docência” nos programas de pós-graduação é recente, seriam necessárias pesquisas mais amplas e de maior alcance para conhecer a abrangência e a eficácia deste estágio na formação dos professores no ensino superior, que o fizeram, para comparar com os docentes que não tiveram essa formação específica, como é o caso da maioria dos professores colaboradores da pesquisa que realizamos em Curitiba.

Portanto, o que sugerimos, quando defendemos que os antropólogos, ao desenvolver pesquisas e depois ao socializá-las nos congressos e reuniões, faz parte de fato de uma “comunidade de práticas”, é que o ensino tenha esse mesmo *status* e quiçá consiga chegar também a uma “comunidade de prática do ensino” de antropologia, com o nível de excelência similar ao da pesquisa.

Disciplina Antropologia da Educação

Em texto sobre o ensino de pós-graduação em antropologia, Schwarcz (2006) compara diferentes currículos de várias instituições brasileiras e nenhum deles contém uma disciplina que contemple a antropologia e a educação (GUSMÃO, 2009).

De acordo com Gusmão (2009), as dificuldades em torno da constituição de uma *antropologia da educação* que pudesse articular os dois campos têm resultado no Brasil “uma ausência de antropólogos no campo do ensino e da pesquisa na área da educação” (p. 7). Para a autora, isso é preocupante, pela crescente procura por disciplinas de Antropologia nos cursos de graduação, e, mais preocupante ainda, ministrados por não antropólogos, sem qualquer especialização na área.

Como sugerem Peirano (1995), Debert (2004) e Castro (1995), alguns autores são elevados ao *status* de clássicos, são sempre citados, em detrimento de outros. Podemos sinalizar que o mesmo ocorre com as disciplinas, uma vez que algumas delas sempre estão presentes (e não poderiam deixar de estar), mas outras não, como a *antropologia da educação*. De acordo com levantamento de Schwartz (2006), não existia a oferta desta disciplina de forma permanente nos PPGAs, mas isso não significa que eventualmente um ou outro programa não a ofereça¹⁵. Um dos aspectos que devemos considerar é que o fazer pedagógico do antropólogo está assentado no tripé pesquisa de campo, teoria e ensino, existindo, portanto, uma grande interface com a educação. Como indica Gusmão (1997; 2009), a antropologia e os antropólogos também contribuem para a escassez de diálogo interdisciplinar que seria salutar para todos.

Debert (2004) traz algumas reflexões para se pensar o impacto que a expansão do ensino superior, particularmente o privado, provoca no ensino da antropologia. Por um lado, a

¹⁵ A título de exemplo, cito a oferta da disciplina Antropologia da Educação no PPGAS da UFSC, pela Prof.^a Dr.^a Antonella Tassinari, nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2008.

autora afirma que essas instituições de ensino superior têm se revelado no mercado de trabalho dos alunos de pós-graduação, mas, por outro, pergunta: “o que sabemos sobre como o ensino é feito nessas instituições e quais as condições de trabalho do professor de antropologia, que são ainda muito precárias” (DEBERT, 2004, p. 160). Ela sugere que há necessidade de se ter um trabalho mais dirigido aos alunos que estão dando aula de antropologia na graduação, em Ciências Sociais ou em outras disciplinas. Eu acrescentaria a esta colocação da professora: o que sabemos sobre os professores que não têm formação no campo da antropologia e ministram aulas da disciplina?

Fonseca (2004) sinaliza também nesse sentido, pois, mesmo havendo uma ampliação do leque de atuação dos/as antropólogos/as, a antropologia é ainda realizada *na* e *para* a academia, gerando muitas vezes tensões.

Desafios aos PPGAS, à Comissão de Ensino e Ofício e à ABA

A pesquisa que realizamos sobre o ensino da antropologia sugere que existe certo descompasso entre a ênfase na pesquisa dada nos PPGAs, com o lugar onde a maioria dos antropólogos exerce o ofício da docência (no caso as IESs privadas). Este descompasso reflete-se na pouca participação dos professores de Antropologia destas IESs privadas nos eventos da ABA. No nosso entender, parte desse descompasso se dá pelo lugar “periférico” que o ensino ocupa tanto na ABA, quanto nos PPGAs.

Ponderamos que a “comunidade de prática dos antropólogos” é estruturada pela pesquisa, a qual ocupa posição “central”. Investe-se nela, enquanto geralmente ignoram, deslegitimam, não reconhecem o ensino como relevante, o qual fica relegado (nos PPGAs) ao chamado “currículo oculto”, ocupando, portanto, o ensino, uma posição “periférica”. Esta invisibilidade do ensino nos PPGAS reflete-se nas RBAs.

Por outro lado, devemos reconhecer o esforço de pessoas envolvidas com o ensino e a formação dentro da ABA e que isso já vem de longa data e confunde-se com a própria origem da entidade, mas a ênfase situa-se na pesquisa, na socialização e divulgação dela, enquanto o ensino ainda não tem recebido esse *status* junto à Associação dos Antropólogos Brasileiros.

E este é o desafio que está colocado para a Comissão de Ensino e Ofício e também a própria ABA: dar maior visibilidade ao ensino, particularmente ao ensino nas IES privadas, nos outros cursos. Trazer à luz o ensino realizado nestas instituições poderá abrir espaço para um maior interesse e participação nos encontros da ABA destes professores antropólogos,

pois os dados de campo nos sugerem que o desinteresse destes profissionais (antropólogos/as que exercem a docência nas IES privadas) nos eventos da ABA está relacionado à inexistência de pesquisas destes antropólogos nessas instituições (principalmente, pela intensa carga horária semanal em atividades de ensino), fazendo com que, muitas vezes, esses antropólogos sintam-se “envergonhados e desestimulados” a participar das RBAs e em outros eventos da ABA, pois a pesquisa ocupa uma posição “central” nestes encontros da associação. Consideramos que este desafio é prerrogativa da ABA, pois depende mais do empenho dela para abrir espaço e, mesmo, propor eventos regionais e/ou estaduais para tratar da questão do ensino de Antropologia, particularmente, realizado nas IES privadas.

Considerações Finais

Os dados obtidos nos *sites* das instituições de ensino superior (IES), públicas e privadas, indicam que existe uma tendência diferenciada nos cursos de pedagogia pelas disciplinas com conteúdos antropológicos, no qual as IES privadas se destacam pela crescente inserção dos referenciais da antropologia, enquanto nas públicas, principalmente nas federais, não encontramos essa mesma tendência. Observamos que há uma decrescente oferta das disciplinas com conteúdos antropológicos no currículo destas instituições públicas, com a consequente diminuição da carga horária. Não foi possível saber, por meio deste levantamento junto às instituições que ofertam os cursos de pedagogia na Região Sul, por que esta tendência oposta nestas duas distintas categorias administrativas, a qual requer uma pesquisa mais abrangente e, talvez, comparativa nesta região. No entanto, se estes dados sugerem que existe um interesse, mesmo diferenciado, pelos referenciais antropológicos nos cursos de Pedagogia, o mesmo não foi possível dizer sobre quem são os professores e professoras destas disciplinas, particularmente das IES privadas. Para contribuir com este debate, trouxemos alguns dados da pesquisa que realizamos com docentes das disciplinas de Antropologia ofertadas em cinco importantes IES privadas na cidade de Curitiba, a qual indicou que nestas, diferentemente das públicas, não existe uma grande preocupação com o critério de titulação requerido para o exercício da docência das disciplinas de antropologia. Além disso, mesmo nos docentes que tem formação e titulação na área da antropologia, observou-se que a formação para a docência superior nos PPGAS não tem recebido o mesmo esforço que a pesquisa, ocupando uma posição “periférica” na formação dos antropólogos e antropólogas, principalmente dos/as mestres, cujo mercado de trabalho tem sido as IES

privadas. De outra parte, reconhecemos o “Estágio Docência” como um importante momento para a formação docente, mas que tem limitações, com a qual concordamos com PIMENTA & ANASTASIOU (2002) entre outros, que tem insistido na idéia de que é necessário mais que “estagiar” para um bom desempenho no exercício da docência superior. Esta carência para a formação docente, ecebido nos PPGAS, tem exigido, dos seus iniciantes e mesmo experientes docentes, um grande esforço para superar esta falta de formação, por meio de diferentes, individuais e inusitadas inspirações, principalmente das experiências das aulas de seus ex-professores, dos diálogos com mães professoras, ex-alunos, cujos resultados, muitas vezes, têm sido descritos como frustrantes, decepcionantes, que caracterizamos como *bricoleur* de métodos e em tentativas do tipo “ensaio e erro”, na busca de uma melhor qualificação para o exercício da docência superior. No entanto, entendemos que a prerrogativa para superar esta falta de uma política mais consistente de formação para o exercício da docência superior deve ser um empenho tanto dos PPGAs quanto da associação representativa dos antropólogos, no caso, a ABA, que exigem esforços, recursos, apoio para a docência, nos mesmos níveis que a pesquisa exerce e, mantendo para ambos, os mesmos padrões de excelência.

O outro desafio diz respeito à necessidade de trazer para o debate a questão da regulamentação da profissão de antropólogo e pensar em algumas estratégias para que haja maior compromisso das IES privadas na contratação dos docentes com formação na área, pois só assim, no nosso entender, os conteúdos antropológicos nos outros cursos, exercidos por não antropólogos, poderão deixar de ser “*chatos, massantes, que tem que ler um monte de livros, é só teoria*” conforme depoimentos de vários alunos que participaram da pesquisa realizada em Curitiba. Acrescentaríamos a estes desafios, a busca de dialogo mais efetivo com os cursos nos quais a antropologia é ofertada, particularmente nos cursos de Pedagogia, pois o ensino da antropologia passa pela empolgação com os conteúdos, com o método da antropologia e também pela pesquisa de campo. Claro, que esses requisitos por si só não bastam para ministrar uma “boa aula” de antropologia, mas temos sérias dúvidas que sem esses quesitos possa ser possível uma aula empolgante e estimulante para alunos de outros cursos e, conseqüentemente, para manter a qualidade e o lugar de destaque que a antropologia tem conquistado nestas últimas décadas no Brasil.

Anthropology teaching for non-anthropologists

Abstract

In the last two decades, but especially in the latter, anthropology's references were in great demand by the graduation's courses. The inclusion of this discipline in the programs of most courses became required by its theoretical potential, which necessarily involves the understanding of the Other, out of their values and culture. It is this scenario that anthropology is inserted, and it seems that, increasingly and ever more contributions shall be required of its practitioners- particularly teachers- in order to understand what has become his legacy: the study of humans and respect for differences. We intend to discuss in this work the inclusion of the anthropology's references in the most IES's courses in the South, in order to provide a map of the integration of this discipline in these courses, as well as who are the teachers of this discipline. As from these data, we will try to suggest to PPGAS, to the ABA's Committee of Education and Craft and to the ABA itself some challenges.

Keywords: Anthropology Education. Teaching of Anthropology. Public and Private IES's Anthropology Teachers.

REFERÊNCIAS

- ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. TRAJANO F^o, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria / ABA, 2004.
- DEBERT, Guita Grin. Formação e Ensino. In: TRAJANO F^o, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria / ABA, 2004.
- GROSSI, Miriam Pillar. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO F^o, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: **Contracapa Livraria** / ABA, 2004, p. 39-68.
- GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Entrelugares: Antropologia e Educação no Brasil. **Revista de Educação da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 34, n. 1, p. 29-46, 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>.
- _____. Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade. **Pro- posições**, v.19, n.3(57), 2008.
- _____.Antropologia e educação. Interfaces do ensino e da pesquisa. **Cadernos Cedes, ano XVIII**, n. 43, dezembro 1997.
- MOROSINI, Marília Costa. **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: INEP, 2005a.

PIMENTA, Selma Garrida. Relatório do GT Didática. **22^a Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2000. *Mimeo*.

_____. Para uma re-significação da Didática - ciências da educação, pedagogia e didática. (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). In: **Anais do VIII ENDIPE**. Florianópolis, 1999. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br

_____. Formação de professores: Os saberes da docência e a identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, vol.22, n. 2 Jul/dez, 1996, p. 72-89.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das Graças C. **Docência no ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARTORI, Ari José. “A *‘experiência’ como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo*”. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Orientadora: Antonella Tassinari.

SCHWARCZ, Lilia K.M. Ensino de Pós-Graduação: Algumas Primeiras Notas Comparativas. In: GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Florianópolis : ABA, 2006, p.231-248.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABANNE – Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste
ABA - Associação Brasileira de Antropologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE - Comissão de Ensino
CH – Carga Horária
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DC - Diário de Campo
DS - Demanda Social
HA – Hora Aula
FURG – Fundação Universidade de Rio Grande
IES - Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
 PPGAs – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
 PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
 RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul
 RBAs - Reuniões Brasileiras de Antropologia
 UDESC - Universidade do Estadual de Santa Catarina
 UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
 UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 UEM – Universidade Estadual de Maringá
 UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
 UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
 UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
 UFPel - Universidade Federal de Pelotas
 UFPR – Universidade Federal do Paraná
 UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

APÊNDICDE B - Instituições, Carga Horária da Disciplina de Antropologia nos Cursos de Pedagogia Pesquisados na Região SUL (PR, SC e RS).

Nº Disciplinas/ Percentuais	CATEGORIAS/ Disciplinas	Instituições / Carga Horária semanal e total da disciplina e do curso	Categoria Administrativa		Formação dos Professores/as
			Públ.	Priv.	
8 / 23%	ANTROPOLOGIA		4	4	
3	Antropologia	Faculdade Munic. Palhoça (04 /72 horas aula - 2844 horas aula PUCPR (3/45 HA - 3120H) UCS (02 + 02 = 30 H +30 H)	X		X X
3	Antropologia Cultural	UFSC (04/72 HA - 3.183H) UNIFEBE (02/30HA/3240 H) UNISUL (4/60 HA)		X X	X
2	Introdução a Antropologia	UFPR (30 HA) FACEL (02/36 HA - 2880)		X	X Graduação em Adm. e Direito - Diretor IES
7 / 20%	ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO		4	3	
3	Antropologia da Educação	UDESC (04/ 60 HA) UERGS (04/60 HA - 3435 H) UNOESC (03/45 HA)		X X X	
1	Educação e Antropologia Cultural	FURB (02/36 - 2998 H)		X	
1	Fundamentos Antropológicos	UNICENP (3300 H)			X

1	Estudos Antropológicos em Educação	PUCRS		X	Bel. Psicologia; MS.Psi. Educação Dra. Educação
1	Cultura, Diferença e Educação	UNIPLAC (4/60 HA/2990 H)		X	
5 / 14%	SOCIOL./ANTROP. EDUCAÇÃO			5	
1	Aspectos Antropológicos e Sociológicos da Educação	ESTÁCIO DE SÁ (4/60 HA)		X	
1	Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação	UNIBRASIL (04/80 HA – 3240 H)		X	Gr. C. Sociais Esp.Antropol. MS. Antropol.
1	Sociologia e Antropologia da Educação	PUCPR (2+2 =36 HA +36 HA)		X	Gr. Estudos Sociais e C. Sociais, Ms. Educação
2	Fundamentos Sócio-Antropológicos	FACINTER (04/80HA -3200 H) UTP (02/ 36 HA - 3312 H)		X X	

Fonte: sites das instituições.

Instituições, Carga Horária da Disciplina de Antropologia nos Cursos de Pedagogia Pesquisados na Região SUL (PR, SC e RS) (Continuação...)

Nº Disciplinas/ Percentuais	CATEGORIAS/ Disciplinas	Instituições / Carga Horária semanal e total da disciplina e do curso	Categoria Administrativa		Formação dos Professores
6 / 17%	ANTROPOLOGIA FILOSOFIA e EDUCAÇÃO		4		
1	Antropologia Filosófica	UCPEL (2/30 HA)			
1	Problemas Filosóficos e Antropológicos	UNISINOS (4/60 HA – 3720 H)			
1	Filosofia da Educação: Antropologia Pedagógica	UFRGS (45 HA)	X		
3	Filosofia da Educação	UEPG, UEM, UNICENTRO (102 HA)	X X X		
6 / 7%	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE		3		
2	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	UEL (04 / 68 HA) FACINTER (04 / 80 HA – 3200 H)	X		
1	Educação Escolar Indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais.	UFFS	X		
1	Antropologia das	UNOCHAPECÓ (4/60 HA -	X		

	Sociedades Indígenas e Afro-descendentes no Brasil.	2940 H)			
1	Diferença Cultural e Inclusão Escolar	UNISINOS (2/30 HA - 3720H)			
1	Educação Não-Escolar: Práticas Sociais e Diversidade Cultural	FAE (100 HA)			
3 / 9%	INFANCIA, CULTURA E EDUCAÇÃO		1	2	
1	Infâncias, Culturas e Educação	FURG (120 HA - 3355H)	X		
1	Cultura e Infância	UNIVILLE (04/72 HA)		X	
1	Fundamentos Filosóficos, Sociológicos e Antropológicos da Educação da Infância	UNISUL (4/60 HA)			
35 (90%)	35 DE 41 CURSOS		17	8	

Fonte: sites das instituições

Recebido em: março de 2012

Aprovado em: maio de 2012